

VIOÊNCIA CONTRA A MULHER: ABORDAGEM EM UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS, ESPÍRITO SANTO ¹

VIOLENCE AGAINST WOMEN: APPROACH IN A HIGH SCHOOL IN THE SÃO MATEUS CITY, ESPÍRITO SANTO STATE

Monica Lima Rodrigues Botelho²

Rivana Zaché Bylaardt (orientadora)³

RESUMO: O presente artigo trata-se de um relato de experiência de atividade realizada com estudantes do Ensino Médio, no município de São Mateus, Espírito Santo. Utilizando o método da Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), a proposta didática teve como objetivo trabalhar a temática da violência contra as mulheres a partir dos conceitos evidenciados na Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha. Mesmo com o incremento sobre o aparato legal que trata sobre as desigualdades de gênero e a violência contra as mulheres, as estatísticas demonstram que os crimes desta natureza permanecem crescentes, exigindo sempre mais empenho no debate sobre a sua origem. É fundamental que ações educativas que promovam a reflexão sobre essas desigualdades, alicerces da violência, sejam realizadas nos diversos espaços de ensino, formais e não formais. A atividade evidenciou importantes movimentos que contribuíram para a compreensão do tema e para a percepção da importância do seu aprofundamento. Palavras-chave: Lei Maria da Penha; Prática Educativa; Aprendizagem Baseada em Problemas; Relato de Experiência

ABSTRACT: This article is an experience report of an activity conducted with high school students in São Mateus City, Espírito Santo, Brazil. Using the Problem-Based Learning method, the didactic proposal aimed to address the issue of violence against women based on the concepts highlighted in Law 11.340/2006, the Maria da Penha Law. Despite increased legal protections, statistics show that such crimes continue to rise, necessitating ongoing efforts to address their root causes. Educational actions promoting reflection on these inequalities should be implemented in various educational settings, both formal and informal. The activity highlighted important movements that contributed to understanding the issue and recognizing the need for further exploration. Keywords: Maria da Penha Law; Educational Practice; Problem-Based Learning; Experience Report.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Mesmo diante dos esforços de conscientização perceptíveis nas mídias, no debate da população e nas políticas instauradas pelo poder público, os casos de violência contra as mulheres continuam crescentes em todo país. Motivadas pela

¹ Trabalho apresentado para a conclusão do curso da Pós-Graduação *lato sensu* em Práticas Educacionais do Ifes campus São Mateus

² Mestra em Biodiversidade Tropical, Estudante do curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Práticas Educacionais do Ifes campus São Mateus. E-mail: monicarbotelho@gmail.com.

³ Mestra em Letras. Professora do curso da Pós-Graduação *lato sensu* em Práticas Educacionais do Ifes campus São Mateus. E-mail: rivana.zache@ifes.edu.br

quantidade crescente de notícias divulgadas nos meios de comunicação, nos dedicamos a analisar as estatísticas apresentadas em alguns veículos oficiais de divulgação dos dados de segurança pública, por exemplo, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 e o *site* da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Espírito Santo. Partindo desta análise, observamos que ao passo que importantes medidas no campo legal e na construção de políticas públicas que buscam coibir crimes específicos contra as mulheres avançam, ainda caminhamos na contramão de soluções efetivas e muito distantes do que se espera para a sociedade.

De acordo com Cruz (2004), a violência contra a mulher deve ser compreendida como um problema de Estado, pois se trata de uma violação dos direitos humanos. Por direitos humanos, entendemos o reconhecimento da dignidade humana, da igualdade, da inalienação e da universalidade de direitos da pessoa humana, constituindo-se este como um fundamento básico da liberdade, da justiça e da paz (Organização das Nações Unidas, 1948, p. 1). Deste modo, é papel do poder público a adoção de medidas que combatam a violência contra as mulheres, principalmente sobre aquelas que possuem algum grau de vulnerabilidade.

O conceito de violência contra a mulher foi descrito na Convenção de Belém do Pará (Brasil, 1996) como: “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Art. 1º). Além desta definição, o documento também colabora no aprofundando a compreensão de que a violência contra a mulher é resultante da desigualdade nas relações de poder construídas historicamente na sociedade:

Os Estados Partes convêm em adotar, progressivamente, medidas específicas, inclusive programas destinados a:

- a. promover o conhecimento e a observância do direito da mulher a uma vida livre de violência e o direito da mulher a que se respeitem e protejam seus direitos humanos;
 - b. modificar os padrões sociais e culturais de conduta de homens e mulheres, inclusive a formulação de programas formais e não formais adequados a todos os níveis do processo educacional, a fim de combater preconceitos e costumes e todas as outras práticas baseadas na premissa da inferioridade ou superioridade de qualquer dos gêneros ou nos papéis estereotipados para o homem e a mulher, que legitimem ou exacerbem a violência contra a mulher [...]
- (Convenção Interamericana, 1994 - Art. 8º).

A partir disso, entendemos que a violência contra as mulheres está alicerçada sobre um viés cultural que subestima o seu papel na sociedade e reforça o padrão de desigualdade no país. Para além desta construção sociocultural que inferioriza as mulheres, elas sofrem ainda com a articulação entre as desigualdades de raça e classe que se somam às de gênero, tornando a sociedade um espaço hostil, onde prevalece a naturalização das violências, principalmente para mulheres negras e em situação de vulnerabilidade social. Deste modo, é imperativo que sigamos às análises sobre as violências contra as mulheres, sob uma perspectiva interseccional.

De acordo com Akotirene (2019), a interseccionalidade é um conceito que tem por objetivo cunhar, do ponto de vista teórico-metodológico, o arranjo estrutural e inseparável constituído pelo racismo, pelo capitalismo e pelo cisheteropatriarcado. Ao compreender o cruzamento e a sobreposição de gênero, raça e classe, somos capazes de compreender o impacto dessa composição sobre a vida das mulheres, principalmente, mulheres negras, e sobre a atuação dos movimentos sociais que se mostraram falhos ao considerarem estas discriminações separadamente. Perceber que estes aspectos precisam ser considerados de forma mútua é uma importante ruptura com os métodos tradicionais de análise das violências que não consideravam os efeitos potencializados do cruzamento destas opressões.

Em 2006, o Estado Brasileiro sancionou a lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que trata diretamente dos diferentes tipos de violência doméstica às quais as mulheres estão submetidas. A lei conceitua a violência doméstica e descreve cada uma das suas formas, estando sustentada sobre três dimensões de atuação: punitiva, protetiva e preventiva. Dentre os meios previstos nesta lei que visam a prevenção, a adoção de medidas educativas são cabíveis em todos os âmbitos da sociedade, incluindo as escolas de todos os níveis de ensino:

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes: (...)

VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de

gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher (Brasil, 2006).

De acordo com Santos (2021), esse enfoque preventivo aponta para medidas que contribuam para a reflexão acerca da violência oriunda da diferença de gênero e, além disso, estimula a promoção de ações que oportunizem o diálogo sobre o respeito à dignidade humana e à diversidade. Assim, a lei Maria da Penha coaduna com a Convenção de Belém do Pará no que se refere à importância de traçar estratégias educativas no combate às desigualdades de gênero e consequentemente no enfrentamento à violência contra a mulher.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública é uma produção elaborada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública que busca organizar e divulgar dados oficiais sobre a segurança no Brasil. De acordo com a publicação, todas as modalidades de violência contra a mulher apresentaram aumento em 2023. No caso do feminicídio, em 63,6% dos casos, as vítimas eram mulheres negras. Esse dado reforça que o racismo é um fator que também estrutura diretamente os casos de violência contra as mulheres e demonstra a importância da análise interseccional, como citamos acima. Esta verificação permite-nos uma compreensão das relações de poder por meio da conexão entre gênero, raça e classe e deve conduzir à ruptura com estas estruturas opressivas. Sobre isso, Hooks (2019) aponta para a ideia de que o patriarcado e o racismo compartilham da mesma base ideológica, sendo impossível combater estes sistemas de opressão de modo individual ou de maneira excludente, ou seja, a eliminação de um não ocorrerá enquanto o outro se mantiver incólume. Grada Kilomba também contribui na orientação acerca da indissociabilidade entre raça e gênero:

“Raça” não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da “raça”. A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de “raça” e na experiência do racismo. O mito da mulher *negra* disponível, o homem *negro* infantilizado, a mulher mulçumana oprimida, o homem mulçumano agressivo, bem como o mito da mulher branca emancipada ou do homem branco liberal são exemplos de como as construções de gênero e de “raça” interagem (Kilomba, 2019, p. 94).

Se ao avaliar o anuário brasileiro de segurança pública de 2024 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024) podemos constatar o quanto os índices de violência contra a mulher são alarmantes no Brasil. Ao aprofundar a pesquisa estatística no site da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Espírito Santo (SESP), ficamos estarelecidos com os números registrados no município de São Mateus. O número de casos de violência doméstica registrados no Painel de Monitoramento da Violência Contra a Mulher da SESP é de 491 casos até 31 de julho de 2024. Seguindo desse número, podemos apontar, ainda, até o mesmo período de 2024, 22 registros de descumprimento de medida protetiva, 18 casos de estupro (sendo 8 destes de estupro de vulnerável), 3 casos de tentativa de feminicídio, 115 casos de lesão corporal e 243 de ameaças. Já em relação aos Feminicídios, foram registrados 5, entre 2023 e 02/09/2024.

Considerando estes números apresentados acima e o histórico de violência que acompanhamos todos os dias em todo o país, torna-se imprescindível uma abordagem que proponha a reflexão e a discussão sobre as estruturas que fundamentam as desigualdades nas relações de poder e que conduzem a uma trajetória de violência e sofrimento das mulheres.

Compreendendo a importância da abordagem deste tema nas escolas e subsidiados pela legislação citada acima, que destaca a necessidade do trabalho educativo, propusemos uma atividade dinâmica em uma turma do 2º ano do Ensino Médio do Instituto Federal do Espírito Santo - *campus* São Mateus. O objetivo desta atividade era apresentar e discutir a Lei Maria da Penha, estimular a reflexão sobre as desigualdades de gênero e orientar acerca dos veículos de proteção existentes atualmente. Deste modo, este trabalho configura-se como um relato de experiência da atividade implementada, registrando alguns desafios e possibilidades para o tratamento do tema.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo descritiva que apresenta o relato de experiência de uma prática realizada com alunos do 2º ano do Ensino Médio integrado ao Técnico em Eletrotécnica do Instituto Federal do Espírito Santo -

campus São Mateus. A turma selecionada para a investigação e posterior escrita deste relato é formada por jovens com cerca de 17 anos. A escolha dessa turma se deu a partir da possibilidade da cessão de aulas por alguns professores. O tema abordado foi a violência contra as mulheres, tendo como ponto inicial os conceitos manifestados na Lei 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha.

O relato de experiência é uma das possibilidades de escrita acadêmica-científica sobre as experiências vividas, caracterizando-se pela descrição da intervenção (Mussi; Flores; Almeida, 2021). De acordo com Daltro e Faria (2019), o relato de experiência, apesar de contemplar a descrição, também a ultrapassa, valorizando a interpretação e a compreensão de fenômenos a partir do olhar do pesquisador:

O processo descritivo e interpretativo está definitivamente, atravessado pelo olhar/leitura do pesquisador, ao tempo que o ato de compreender também está relacionado ao universo existencial, campo que não admite a produção de verdades unívocas. Pelo contrário, compreende a produção do conhecimento como processo, sempre polissêmico, que abrange a cultura (Daltro; Faria, 2019, p. 229).

A partir do domínio do conceito de relato de experiência, iniciou-se uma investigação entre outubro de 2023 e julho de 2024 sobre a Lei 11.340/2006 e seus desdobramentos, não com o intuito de esgotar o tema, mas de dar subsídio para a confecção do plano de aula que seria realizado nos dias 07 e 08 de agosto de 2024.

A metodologia de ensino utilizada para a realização da prática foi a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), que consiste em uma proposta pedagógica centrada no estudante e que visa a solução de problemas reais ou simulados (Souza; Dourado, 2015). Ainda de acordo com estes autores, a ABP valoriza não apenas o conteúdo a ser estudado, mas também como se dá este estudo, permitindo que os atores envolvidos explorem novas áreas de conhecimento, adquiram ferramentas e construam conceitos a partir da interação, da criticidade e da reflexão.

Para a prática da atividade, reservaram-se seis aulas com a seguinte organização: cinco aulas seguidas (com intervalo de recreio entre a terceira e quarta aulas), e uma aula no dia seguinte. Para facilitar a análise, dividiu-se a atividade em

três momentos: 1º Momento: a sensibilização; 2º Momento: a roda de conversa e 3º Momento: a organização das ideias.

No momento da sensibilização, após as devidas apresentações, foram entregues aos estudantes algumas letras de músicas que apresentavam em seu texto situações de violência contra as mulheres. Os estudantes foram orientados a fazerem a leitura do texto, discuti-lo, grifar os trechos em que encontravam problemas e pesquisarem as músicas nas plataformas disponíveis na internet. A leitura foi realizada em duplas ou trios e os estudantes tiveram a liberdade de ler várias letras diferentes e trocá-las entre si. Após a leitura, eles pesquisaram as músicas na internet e puderam ouvi-las, acompanhando as letras de suas melodias. Os mais variados tipos de violência estavam registrados nas letras e puderam ser acompanhadas pelos estudantes, entre elas: violência física, sexual (incluindo pedofilia), psicológica e moral, conforme apresentados na tabela abaixo. Vale ressaltar que optamos por abordá-las apresentando seus intérpretes, uma vez que eles são conhecidos como os principais divulgadores dos textos presentes nas músicas.

Tabela 1 - Músicas abordadas na atividade

TÍTULO DA MÚSICA	CANTOR/BANDA	ANO DE DIVULGAÇÃO	VIOLÊNCIAS RETRATADAS
Minha Namorada	Vinícius de Moraes	1960	Violência Psicológica;
Maria Chiquinha	Sônia Mamede e Evaldo Gouveia	1961	Violência Psicológica;
	Sandy e Júnior	1991	Violência Física; Violência Sexual
Uma vida só /Pare de Tomar a Pílula	Odair José	1973	Violência Psicológica; Violência Sexual
Se te agarro com outro te mato	Sidney Magal	1977	Violência Psicológica; Violência Física
Piranha	Bezerra da Silva	1979	Violência Psicológica; Violência Moral; Violência Física
Ciúme de Você	Roberto Carlos	1990	Violência Psicológica;

Raça Negra		1993	
Lôra Burra	Gabriel, O Pensador	1991	Violência Psicológica; Violência Moral, Violência Sexual
Mulheres vulgares	Racionais MC's	1993	Violência Psicológica; Violência Moral
Faixa amarela	Zeca Pagodinho	1997	Violência Psicológica; Violência Física
Me Lambe	Raimundos	1999	Violência Psicológica; Violência Sexual
Ajoelha e chora	Tchê Garotos	2000	Violência Psicológica; Violência Física
Leite condensado	Thiaguinho	2012	Violência Psicológica; Violência Moral; Violência Sexual
As mina pira	Fernando e Sorocaba	2013	Violência Psicológica; Violência Sexual
Se eu largar o freio	Péricles	2013	Violência Psicológica; Violência Moral
Senha do Celular	Henrique e Diego	2015	Violência Psicológica; Violência Moral
Casa amarela	Guilherme e Santiago	2016	Violência Psicológica;
Vidinha de Balada	Henrique e Juliano	2017	Violência Psicológica; Violência Sexual; Violência Patrimonial

Para o segundo momento, priorizamos um espaço aberto no formato de roda de conversa, em que pudemos explanar sobre a construção histórica da lei, seus mecanismos e conceitos. Os estudantes puderam apresentar suas percepções acerca das músicas que acessaram e fazer a relação de suas letras com os tipos de violência descritos na lei, assim como com a desigualdade de gênero construída socialmente. Além disso, neste momento, também puderam oferecer suas contribuições, exemplos, histórias, dúvidas e vivências sobre o tema. O objetivo deste espaço era trazer

informações sobre a lei, discutir sobre os processos históricos que envolvem as construções de gênero e estimular a reflexão acerca dos tipos de violência aos quais as mulheres estão submetidas e quais estruturas socioculturais influenciam nessa questão. A roda de conversa proporciona a troca de experiências entre os participantes e desafia o papel mediador do professor/pesquisador.

Apesar do caráter livre da roda de conversa, para a condução da discussão, seguiu-se o seguinte roteiro:

- Origem da Lei Maria da Penha (Contexto social brasileiro);
- História da Maria da Penha, mulher vítima de violência doméstica cujo nome batizou a lei, como forma de reparação simbólica pela violência vivida e potencializada pelo Estado brasileiro;
- Origem histórico-social das desigualdades de gênero (Construção social do gênero, cultura do estupro, romantização das violências);
- Conceito de Violência doméstica ou familiar previsto na Lei Maria da Penha;
- Tipos de Violência doméstica ou familiar descritos na Lei Maria da Penha (Violência Física, Violência Sexual, Violência Psicológica, Violência Moral e Violência Patrimonial.)

O terceiro momento, realizado no dia posterior às discussões, teve como intuito oferecer aos estudantes a possibilidade de organização das ideias discutidas no dia anterior. Por meio de uma construção textual, os estudantes foram convidados a realizarem, individualmente, o registro de ideias, dúvidas, questionamentos, discordâncias e sugestões sobre a abordagem do tema. Ofereceu-se a opção de construírem os seus textos de forma anônima e livre, sugerindo que o fizessem de forma sincera, direta e explícita, sem preocupações com o uso de linguagem formal e rebuscada. Foi sugerida a utilização de alguns princípios norteadores para facilitar a análise da produção, sendo eles:

O que foi falado na oficina que você ainda não tinha conhecimento?
 O que te causou maior surpresa com relação ao tema?
 Hoje você se considera capaz de reconhecer as diferentes formas de violência às quais as mulheres estão submetidas e como denunciar?
 Deixe suas críticas e sugestões acerca da organização da oficina.

Foi proposto aos discentes que abordassem em sua escrita aquilo que mais teria lhes surpreendido em relação ao tema e se eles se sentiam, após a atividade,

capazes de reconhecer as diferentes formas de violência às quais as mulheres estão submetidas e como denunciá-las. Era esperado que a atividade iniciada pela análise das músicas, continuada pela discussão e finalizada pela organização do pensamento, fosse capaz de promover a curiosidade acerca do assunto, a afinidade pela escuta e pela argumentação e a construção de conceitos elaborados a partir da problematização e da reflexão. O material produzido encontra-se arquivado com as autoras do estudo.

Na leitura e interpretação dos textos produzidos pelos alunos, observou-se prioritariamente se havia similaridade entre os relatos. Foi importante verificar, também, aquilo que os estudantes identificaram como ponto de maior impacto no desenvolvimento do conteúdo, bem como o quanto eles se sentiam seguros para identificar situações de violência, antes naturalizadas ou até mesmo romantizadas. Este espaço de escrita permitiu avaliar as conexões construídas entre a origem da violência e a estrutura social.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No dia concertado para o início da atividade, houve a apresentação de quem organizaria as dinâmicas e, logo de início, percebeu-se que a turma era bastante receptiva. Inicialmente, os estudantes demonstraram-se bem entusiasmados com a possibilidade de um momento de discussão e, apesar do tema abordado tratar-se de um assunto delicado e, por muitos momentos, dramático, os discentes se mostraram confortáveis em animar o debate e curiosos para iniciar a primeira etapa da proposta que se tratava da análise das letras das músicas. Para melhor organização, o relato dos resultados será apresentado sob a perspectiva dos momentos da realização da atividade.

3.1. SENSIBILIZAÇÃO

No primeiro momento da atividade, foram distribuídas de forma aleatória as letras das músicas. O interesse pela música e a afinidade com os seus intérpretes contribuíram para intensificar a curiosidade entre os estudantes, que se dedicaram à leitura e à discussão dos conteúdos de forma criteriosa e entusiasmada. Ao passo que

realizavam a leitura, eles já faziam apontamentos, críticas e questionamentos demonstrando-se perplexos e incrédulos com os textos que lhes foram oferecidos.

Observou-se que, por diversas razões, a maioria dos estudantes demonstrou grande surpresa com as letras apresentadas. Várias expressões de susto, incredulidade, rejeição e decepção foram expostas. Um dos motivos de estranheza apontados por eles refere-se ao fato de que as músicas são bastante famosas entre jovens de diferentes gerações. Além disso, também destacaram que alguns dos intérpretes são vistos como defensores de diversas causas sociais, cantando músicas que abordam questões como violência policial, racismo, desigualdade social, a vida na periferia e questões políticas e suas posturas atuais não seriam coerentes às letras das músicas utilizadas na atividade.

Sobre essa popularidade da música e de seus intérpretes, vale destacar que Veleda (2019) afirma que a música tem grande importância na nossa cultura, uma vez que se constitui um dos maiores influenciadores das crianças e dos jovens. Ao analisar a afirmação dos estudantes no que se refere ao sucesso e à fama das músicas que retratam violências explicitamente, percebe-se que há uma falta de atenção à letra das músicas ouvidas cotidianamente, contribuindo para que os trechos que expressam a misoginia, o machismo e reforçam as violências, passem despercebidos por quem as escuta. Veleda (2019) chama a atenção, ainda, para o fato de que muitas músicas, por apresentarem um ritmo alegre e contagiante, possuem a mensagem preterida em razão do entretenimento que promovem. Deste modo, o discurso de ódio e violência que a canção propaga acaba sendo naturalizado e compreendido como um comportamento aceitável e esperado.

Ao fazer uma análise sobre os apontamentos da autora acerca do papel da música na sociedade, percebe-se que há uma coerência com o espanto dos alunos ao prestarem atenção, pela primeira vez, na letra. Sabe-se que o Ifes-campus São Mateus promove diversas atividades relacionadas sobre a questão de gênero, tendo, inclusive, um Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades - Nepgens- em que, de acordo com o Regimento Interno (2021), afirma, em seu Artigo 2º, que

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades do Instituto Federal do Espírito Santo (Nepgens) tem a finalidade de promover ações com vistas a uma educação inclusiva e não sexista, que busque a equidade e a igualdade entre todos, o respeito a todas

as manifestações de gênero, o reconhecimento e o respeito às diversas orientações sexuais, bem como o combate à violência de gênero, à homofobia e a toda discriminação contra a comunidade LGBTQIA+. Busca-se, assim, gerar condições para a permanência, participação, aprendizagem e conclusão com aproveitamento e plena dignidade, em todos os níveis e modalidades de ensino, para pessoas de todas as manifestações de gênero e expressões de sexualidades; contribuindo, dessa maneira, para a inclusão, por um lado, e a formação de cidadãs(ãos) éticas(os) e solidárias(os) que praticam a cooperação e repúdio às injustiças, por outro lado (IFES, 2021, p. 1).

Apesar da Instituição possuir um núcleo que, dentre outras ações, promove encontros, palestras, oficinas sobre o tema, incita os estudantes a pensarem criticamente sobre a temática da violência de gênero e atua no combate às diferentes formas de violência, os estudantes não foram capazes de acessar todas essas habilidades formativas que eles possuem, por meio da própria escola, para analisar com maior criticidade as músicas que ouviam despreziosamente. Esse fato se deve, retomando aqui a escrita de Veleza (2019), às especificidades que as músicas possuem, dentre elas, como já dito, a de fazer com que outros elementos musicais sejam priorizados, deixando-se em segundo plano a letra e a sua análise.

Outro fator de grande surpresa para os jovens refere-se à violência explícita das letras. Algumas apresentam ameaças diretas, sem nenhuma tentativa de ocultação ou abrandamento de graves formas de violência. Eles também se mostraram estarecidos sobre como músicas que possuem ritmo e melodias tão alegres e animadas podem trazer em seu escopo ameaças perigosas à vida e à integridade física e psicológica das mulheres, reforçando, assim, a compreensão dos aspectos socioculturais que fomentam a ideia de subalternidade das mulheres, o menosprezo pelo seu sofrimento e a vulgarização do seu papel social.

Sobre essa questão apontada pelos alunos, Weigsding e Barbosa (2013) afirmam que a música possui uma grande influência no comportamento humano. De acordo com os estudiosos, existem dois estilos de música: a sedativa e a estimulante. No primeiro caso, “compreende os andamentos lentos, com harmonias simples e leves variações musicais” (Weigsding; Barbosa, 2013, p. 49), com propriedades que tornam mais amenas atividades físicas e aumenta a capacidade de contemplação, além de produzir um relaxamento e a diminuição da frequência cardíaca. Já no segundo caso, a música teria uma função estimulante, causando um “efeito excitante aumentando o

ritmo da respiração, da pressão arterial e dos batimentos cardíacos em consequência de ativação autônoma simpática que produz uma sensação de aumento do estado de alerta” (Weigsding; Barbosa, 2013, p. 49). Parece ser esse segundo estilo ao qual os alunos se referem, quando dizem que consideram ter essas músicas ritmos e melodias animadas, fazendo com que o efeito causado nos jovens, de estimulação, não os levem a observar os outros elementos que compõem as canções.

Esta primeira etapa teve um importante papel sensibilizador na percepção dos estudantes. Os jovens expressaram em diversas falas que, por meio desta atividade, puderam perceber como a violência contra as mulheres está presente de forma normalizada na cultura brasileira e como, muitas vezes, ela é romantizada e tecida na construção social das mulheres mesmo antes do seu nascimento. Esse momento também permitiu o confronto entre o comportamento que adotavam frente às músicas, alheio à violência, e os sentimentos construídos a partir da sua análise. A sensibilização é uma etapa fundamental no processo educativo, pois estimula que os estudantes tenham maior vontade de conhecer e aprofundar-se sobre os assuntos. Ela também é capaz de promover a empatia e a solidariedade, a partir da valorização dos sentimentos no processo educativo.

Sobre a importância desta primeira etapa, Moura (2004) considera que é um processo educativo que possibilita maior compreensão dos nossos sentimentos, valorizando não apenas a nossa racionalidade, mas principalmente as nossas sensações, percepções e intuições, contribuindo para fortalecer a nossa criticidade. Deste modo, a sensibilização é capaz de despertar nossos sentidos e sentimentos em relação a algum tema, contribuindo para a construção de reflexões e análises que considerem também as nossas emoções e a nossa sensibilidade.

3.2. RODA DE CONVERSA

Este momento da atividade se deu de modo a privilegiar o conforto e o entusiasmo dos estudantes que contribuíram com informações, experiências e relatos ao participarem da discussão. O roteiro seguido para estruturar o andamento da roda de conversa forneceu elementos para que os jovens compreendessem os processos históricos e sociais que culminaram no surgimento da lei. Além disso, o desenvolvimento da discussão permitiu aos estudantes reconhecerem ações, atitudes

e construções sociais que fomentam a desigualdade de gênero e promovem a violência contra a mulher.

De acordo com Moura e Lima (2004), a roda de conversa é uma estratégia de pesquisa que permite a troca de experiências e o desenvolvimento de reflexões, por meio da mediação e interação entre os pares, pelos diálogos internos e pela observação. Além disso, os autores ainda explicam:

As Rodas de Conversa consistem em um método de participação coletiva de debate acerca de determinada temática em que é possível dialogar com os sujeitos, que se expressam e escutam seus pares e a si mesmos por meio do exercício reflexivo. Um dos seus objetivos é de socializar saberes e implementar a troca de experiências, de conversas, de divulgação e de conhecimentos entre os envolvidos, na perspectiva de construir e reconstruir novos conhecimentos sobre a temática proposta (Moura; Lima, 2004, p. 101).

Os conceitos descritos na Lei Maria da Penha sobre violência doméstica e seus tipos foram lidos e discutidos durante a roda de conversa. A partir da leitura, os estudantes foram capazes de relacionar o texto da lei com os textos das letras das músicas, reconhecendo e indicando os tipos de violência retratadas nas canções.

Esta estratégia de compreensão desenvolvida pelos estudantes no momento da roda de conversa foi muito importante no processo de elaboração e assimilação dos conceitos. Ao refletir sobre as definições, e confrontá-las às letras das músicas, os jovens puderam identificar os tipos de violência tratados e compreenderam que os episódios de violência referidos, muitas vezes não se associam a apenas um conceito de violência. Uma mulher agredida fisicamente e insultada pelo companheiro está exposta não somente à violência física, mas também à violência psicológica e moral ao mesmo tempo. Como exemplo, podemos citar a discussão sobre a letra da música *Vidinha de Balada* que traz em sua letra o seguinte trecho:

Tô a fim de você
E se não tiver, cê vai ter que ficar
Eu vim acabar com essa sua vidinha de balada
E dar outro gosto pra essa sua boca de ressaca
Vai namorar comigo, sim! / Vai por mim, igual nós dois não tem
Se reclamar, cê vai casar também
Com comunhão de bens
Seu coração é meu e o meu é seu também
(Silveira et al, 2017).

Neste trecho, os estudantes puderam perceber a violência psicológica imposta à mulher, tratada como alguém que não tem direito às escolhas sobre as relações que quer ter e sobre a forma de conduzir a sua própria vida, demonstrando um comportamento abusivo do sujeito ativo na letra. Além deste comportamento acerca do relacionamento, ele se expande sobre a escolha do regime de casamento no que se refere à gestão de seu patrimônio.

Observar este processo de aprendizagem desenvolvendo-se e estruturando-se sob os nossos olhos nos traz grande alegria e confiança na proposta educativa, nos instiga e leva-nos a refletir sobre a importância de aproximar os temas de estudo da realidade dos estudantes. Além disso, ratifica alguns pensamentos eternizados no livro *Pedagogia da Autonomia* de Paulo Freire (1996), em que o educador diz que ensinar não se resume à transferência de conhecimento, mas trata da elaboração de possibilidades para a sua construção. Além disso, reforça que apesar das diferenças existentes entre docentes e discentes, um não se reduz à condição de objeto do outro, sendo o processo educativo uma via dialógica de construção dos saberes. Esta atividade ressaltou o papel mediador que o professor exerce e o quanto a prática educativa é formadora em seus diferentes sentidos. Discutir esses temas com os estudantes exigiu o domínio de outros conceitos relacionados ao comportamento e às desigualdades de gênero, mas também permitiu reconhecer as percepções construídas pelos jovens nas suas relações cotidianas.

3.3. PRODUÇÃO TEXTUAL

Os estudantes se mostraram interessados em fazer os seus relatos, sem apresentar nenhum tipo de resistência à realização da atividade. O momento utilizado para explicar como se daria a atividade também serviu para que eles trouxessem novas contribuições e dúvidas para a discussão.

Após a leitura da escrita, verificou-se que todos os textos produzidos pelos estudantes revelam o quanto as letras das músicas, por mais violentas que fossem, nunca representaram um problema ou despertaram a reflexão acerca da violência contra a mulher, como pode ser observado nos excertos a seguir:

As músicas que contém letras falando de violência contra mulher, pedofilia, assédio e por incrível que pareça são músicas muito conhecidas, que ouvimos diariamente e nunca paramos para perceber o quão problemáticas são essas letras (Estudante A).

Como há uma certa maldade nas letras das músicas que ela trouxe, nem todas eram tão diretas nas partes mais preocupantes, porém depois de uma conversa foi possível identificar o quão problemáticas são (Estudante B).

Outro ponto interessante abordado pelos estudantes refere-se ao fato de não conhecerem a história de vida da ativista Maria da Penha, mulher cuja lei recebeu seu nome como reparação simbólica pela violência doméstica e institucional que sofreu. Deste modo, os estudantes também não conheciam os processos históricos que conduziram à criação e implementação da lei. Muitos estudantes demonstraram surpresa ao ouvir a história de vida da militante brasileira, todos os desafios que ela enfrentou, a violência a qual ela foi submetida, e a negligência do Estado em oferecer-lhe segurança e justiça. No Brasil, vários são os casos de violência, revitimização e falta de suporte do Estado que ouvimos todos os dias. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), em 2023 foram concedidas mais de 540 mil medidas protetivas, mas mesmo este número tendo sofrido um aumento de 26,7%, ele não foi suficiente para frear o aumento nos números de todas as modalidades de crimes contra as mulheres, que também cresceram no último ano.

O caso da Maria da Penha tornou-se emblemático devido aos encaminhamentos que conduziram à responsabilização do Estado e à exigência de medidas efetivas no combate à violência. Mesmo sentenciado duas vezes, o agressor permaneceu em liberdade, utilizando-se de recursos jurídicos. Desta forma, Maria da Penha, junto a outros órgãos de defesa dos direitos humanos e dos direitos da mulher, denunciou o seu caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americano. Até então, não havia uma preocupação genuína com a problemática, tanto que, em 2001, o Estado foi responsabilizado por negligenciar, omitir e tolerar os casos de violência doméstica cometidos contra mulheres no Brasil (Penha, 2012).

Deste modo, pudemos evidenciar que a compreensão dos processos históricos que conduziram à elaboração da lei é um aspecto facilitador na percepção da sua

importância no cenário brasileiro. Os estudantes relataram que conhecer a história da Maria da Penha os aproximou da realidade que deu origem à lei, tornando-a tangível, próxima e pertinente com a realidade.

Nesta oficina, pude aprender muito sobre uma lei que não conhecia tanto, mesmo sendo tão importante na questão de proteção à mulher. Bom, falando sobre coisas que eu não tinha conhecimento, posso citar sobre a história da Lei Maria da Penha e do quanto o Brasil a negligenciou diante de tanto sofrimento que ela passou (Estudante C).

Quando foi abordado na oficina sobre a origem da Lei Maria da Penha, eu fiquei surpresa com a história dela, pois ela foi uma mulher muito forte em ter coragem de denunciar (Estudante D).

Depois da atividade, eu consegui ampliar os horizontes para identificar cada caso, e também conheci a real história da Maria da Penha, em que foi preciso condenar internacionalmente a justiça brasileira para haver medidas protetivas para a Maria da Penha, isso também mostra em como as mulheres eram extremamente silenciadas mesmo havendo a sentença de prisão (Estudante E).

Os textos produzidos pelos estudantes apresentaram importantes registros acerca da distância que possuíam dos aspectos tratados na lei. Esta distância pode ser motivada por várias questões que vão desde o tipo de escrita formal que ela possui até mesmo ao entendimento de que o conhecimento superficial sobre as suas providências são suficientes para confrontá-la. De todo modo, a percepção dos estudantes acerca do sucesso no desenvolvimento da atividade foi unânime, sendo comum o registro do quão efetivos foram os momentos destinados à leitura e discussão do tema.

Tal sucesso pode ser atribuído ao método da Aprendizagem Baseada em Problemas, que centraliza o estudante como protagonista do próprio processo de construção do conhecimento. Este método conduz os estudantes a utilizarem seus conhecimentos prévios, discuti-los e reconstruí-los, trabalhando em grupo com o objetivo de solucionar problemas reais, valorizando a convivência e o trabalho cooperativo (Nunez-Lopez; Avila-Palet; Olivares-Olivares, 2017). Assim, a partir das argumentações apresentadas, ficou perceptível a importância do engajamento deste

tema na escola e o quão eficiente é o uso das metodologias que privilegiam a participação e a autonomia dos estudantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que o processo de ensino-aprendizagem compreende um sistema dialógico, que não pode ser esgotado e nem contemplado por apenas uma metodologia. É exatamente na diversidade de possibilidades que o aprendizado é engendrado, favorecido pelo debate de ideias e pelo fortalecimento dos vínculos. O aprendizado baseado em problemas confere a oportunidade da construção do conhecimento partindo da discussão de soluções e da integração de ideias, permitindo ao estudante a autonomia e o gerenciamento do seu próprio processo.

Na atividade realizada, essa metodologia favoreceu a percepção da violência contra as mulheres, naturalizada no cotidiano, permitindo que os estudantes estejam atentos a novos símbolos, mensagens e atos de violência, antes não tão perceptíveis. Além disso, a ABP contribuiu para a consolidação das relações interpessoais na turma, com demonstrações de empatia e solidariedade no tratamento do tema. Vale ressaltar a importância do apoio institucional para a realização de atividades que promovam metodologias ativas, como a ABP. Além de configurar um eficiente método para o aprendizado dos estudantes, também contribui para o aprimoramento da prática docente, à medida que este acompanha o processo de investigação dos estudantes e observa as conexões e análises feitas na busca das soluções.

A violência contra as mulheres está sustentada na desigualdade de gênero, construída culturalmente na nossa sociedade. O racismo e a desigualdade social também são fatores estruturantes dessa violência. A partir das discussões, concluímos que todos os esforços dirimidos na tentativa de diminuí-la ainda são muito pouco diante do tamanho que é a tragédia da violência. É importante registrar que em nenhum momento os estudantes fizeram a conexão entre gênero, raça e classe, demonstrando ser essa uma fragilidade importante nas participações. Na continuidade da atividade, sugerimos uma abordagem futura que priorize a análise interseccional da violência, aprofundando a discussão teórica neste sentido.

De todo modo, a atividade superou as expectativas no que se refere ao sucesso da metodologia utilizada. Os estudantes se envolveram, participaram dos processos

e foi possível acompanhar a construção e a desconstrução de ideias de forma evidente. Quanto à percepção do papel social da mulher e das desigualdades de gênero, os estudantes foram capazes de percebê-los como força motriz para a manutenção da opressão e da violência contra as mulheres. Essa compreensão permitiu a realização de uma autocrítica de suas ações, a problematização de questões sociais e culturais e também contribuiu para reforçar os laços de solidariedade e empatia na turma.

Atividades como essa são altamente recomendadas, pois além de abordarem um tema de alta relevância para todos, ela também permite a promoção de práticas pedagógicas que contribuem para fortalecer a autonomia do estudante e a liberdade de pensamento. Podemos ainda citar grande valor ao favorecer o estreitamento dos laços entre os estudantes e docentes, e ao reforçar o respeito à dignidade da pessoa humana. Assim, esperamos contribuir para a formação de uma sociedade emancipada, justa e solidária, livre da violência e das desigualdades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 1.973, de 1 de agosto de 1996.** Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Disponível em: <https://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.pa.ra.htm>. Acesso em: 20 de out. 2023.

CRUZ, I.C.F. A sexualidade, a saúde reprodutiva e a violência contra a mulher negra: aspectos de interesse para assistência de enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 448-457, dez. 2004.

DALTRO, M. R.; FARIA, A. A. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 223-237, jan./abr. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 10 de agosto de 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 25ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOOKS, b. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho Superior. **Resolução nº35/2021, de 16 de julho de 2021**. Regulamenta o funcionamento do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades do Ifes (NEPGENS). Vitória, Espírito Santo: Conselho Superior, 2021. Disponível em: https://ifes.edu.br/images/stories/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS_35_2021_-_Regulamento_do_N%C3%BAcleo_de_Estudos_e_Pesquisas_em_G%C3%AAnero_e_Sexualidades_do_ifes_1_1.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

KILOMBA, G. **Memórias Da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio De Janeiro: Cobogó, 2019.

MOURA, A.C.O.S. **Sensibilização: diferentes olhares na busca dos significados**. 2004. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, Rio Grande do Sul, 2004.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 95–103, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338>. Acesso em: 08 de setembro de 2024.

MUSSI, R.F.F.; FLORES, F.F.; ALMEIDA, C.B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento. **Revista Práxis Educacional**, Bahia, v. 17, n. 48, p. 60-77, out./dez. 2021.

NUNEZ-LOPEZ, S.; AVILA-PALET, J.E.; OLIVARES-OLIVARES, S.L. El desarrollo del pensamiento crítico en estudiantes universitarios por medio del Aprendizaje Basado en Problemas. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, Cidade do México, v. 8, n. 23, p. 84-103, 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-28722017000300084&lng=es&nrm=iso. Acesso em 08 set. 2024.

PENHA, M. **Sobrevivi... posso contar**. 2. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012. SANTOS, K.B. A prevenção na lei Maria da Penha: reflexões e críticas educativas. **Pleiade**, Foz do Iguaçu, Paraná. v.33, n.15, p. 122-130, jul./dez. 2021.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL. **Painel de monitoramento da violência contra a mulher**. Espírito Santo, Brasil. Disponível em: <https://sesp.es.gov.br/painel-de-violencia-mulher>. Acesso em: 03 set. 2024.

SILVEIRA, D.; FERREIRA, L.; DAMASCENO, N.; BORGES, R. **Vidinha de balada**. São Paulo: Som livre, 2017. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/henrique-e-juliano/vidinha-de-balada/>. Acesso em 1 ago. 2024.

VELEDA, S.G. A cultura da violência contra a mulher na música brasileira (1930-2017). **Mafuá**, Florianópolis, Santa Catarina, n. 31, 2019. Disponível em: [_https://mafua.ufsc.br/2019/a-cultura-da-violencia-contra-a-mulher-na-musica-brasileira-1930-2017/](https://mafua.ufsc.br/2019/a-cultura-da-violencia-contra-a-mulher-na-musica-brasileira-1930-2017/). Acesso em: 15 ago. 2024.

WEIGSDING, J.A.; BARBOSA, C.P. A influência da música no comportamento humano. **Arquivos do MUDI**. Maringá, Paraná. v. 18, n. 2, p. 47-62. 2015.